TERMO DE RECEBIMENTO

Eu, _____, representando o candidato _____
à Prefeitura de São Carlos, declaro para os devidos fins que recebi a **CARTA DA “FRENTE DE DEFESA
DOS DIREITOS CULTURAIS” AOS CANDIDATOS**, em 19 de setembro de 2016.

São Carlos, 19 de setembro de 2016.

CARTA DA “FRENTE DE DEFESA DOS DIREITOS CULTURAIS” AOS CANDIDATOS

Nos últimos anos tivemos um retrocesso nas políticas municipais no âmbito da Cultura, que vão desde a ruptura de convênios com os Pontos de Cultura do município, até a quase que completa ausência de atividades culturais na cidade, passando pelo paulatino esvaziamento (como do Centro Municipal de Cultura Afro Brasileira Odette dos Santos e dos Centros da Juventude dos bairros Cidade Aracy e Monte Carlo) ou privatização (entendida aqui como uso direcionado a grupos específicos e/ou elitizados) dos espaços públicos destinados à cultura em nossa cidade.

Os grupos, organizações, artistas, cidadãos, trabalhadoras e trabalhadores da cultura viveram e vivem um momento de resistência, mas também de aprendizagem. Hoje sabemos que os marcos das políticas públicas - na cultura e para além dela - eram insuficientes e, por uma série de fatores, deram brechas para que esse retrocesso pudesse ser imposto a nós. Nesse sentido, estamos nos articulando e retomando o movimento social pelo Direito à Cultura em nossa cidade. Apesar do processo visar o fortalecimento a médio prazo, temos clareza de que algumas pautas mínimas ligadas às políticas institucionais são necessárias e urgentes. Assim, apresentamos esta Carta de Reivindicações mínimas aos candidatos a Prefeito, para que possam assumir seu compromisso político com as mesmas, bem como as(os) candidatas(os) ao Legislativo municipal que se dispuserem a ratificá-la e, assim, apoiá-la.

Garantido constitucionalmente - Art. 215 da Constituição Federal: *“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”* - seu cumprimento vem sendo negligenciado ou intencionalmente deturpado por nossos gestores públicos. Mesmo com os avanços conquistados com a luta dos setores e movimentos culturais na primeira década deste século, a lógica que rege a Política Cultural continuou sendo bastante marcada por vícios estruturais sobre como se entende a responsabilidade pública perante a Cultura, processo que se amplificou no último período e que precisa ser combatido a partir da perspectiva de mudança dessa lógica.

Podemos resumir tal lógica como sendo a da “cultura como evento” e a da “política de balcão”. O papel do poder público na Cultura ainda é fortemente ligado à idéia da promoção de eventos, em geral grandes eventos e com artistas de renome. Tal política pode ser vantajosa em termos publicitários para a gestão de plantão, mas é extremamente ruim para a sociedade: além de canalizar boa parte dos recursos públicos para poucas atividades, estas reforçam a ideia de Cultura como espetáculo e entretenimento. E quando se trata do apoio a iniciativas vindas da sociedade, a lógica que rege é a “do balcão”: contaminada pelo paternalismo, pelo clientelismo e pela falta de transparência e de regras claras e públicas para o acesso aos recursos.

Entendemos a Cultura como produto e expressão viva da sociedade. A Cultura é um elemento central da humanização do ser humano, da produção e reprodução de valores, experiências e formas simbólicas de se relacionar com o mundo. Por isso entendemos a Cultura como um bem comum e um direito de todos. Todos devem ter o direito de produzir, acessar, fruir, pensar, compartilhar e decidir sobre as diversas formas de expressão cultural, incluindo o campo das artes, da comunicação, dos conhecimentos e dos saberes humanos.

Nesse sentido, entendemos que as Políticas Públicas de Cultura devem partir desse princípio e garantir esses direitos citados. Sabemos que as demandas aqui contidas são ainda insuficientes para isso, mas são pontos de partida fundamentais para tal. Assim sendo, reivindicamos:

- Criação da Secretaria Municipal da Cultura.
- Recomposição do Conselho Municipal de Cultura e compromisso com o seu efetivo funcionamento, conforme o marco legal que o rege.

- Implementação do Plano Municipal de Cultura, que foi aprovado em 2012 mas nunca efetivado, bem como a realização de uma nova Conferência Municipal de Cultura, que faça a revisão das estratégias, políticas e metas contidas no mesmo.
- Previsão de destinação de recursos orçamentários ao Fundo Municipal de Cultura no Plano Plurianual (PPA) e efetiva implementação dos mesmos em cada Lei Orçamentária Anual, em valores não inferiores a 0,1% do orçamento municipal.
- Criação, a partir de debate junto à sociedade civil e aos movimentos de cultura, de Lei Municipal de Fomento à Cultura, para acesso aos recursos do Fundo Municipal de Cultura de forma democrática e não mediada por empresas (como acontece nas leis do tipo “Lei Rouanet”), através de editais de seleção de projetos de criação, formação, circulação e difusão artístico-culturais.
- Que se façam presentes nos editais de seleção de projetos, além das categorias definidas por diferentes linguagens artísticas, recortes que contemplem as matrizes da cultura popular, o direito à memória e as diversidades de gênero, orientação sexual, raça/cor e de faixas etárias divididas em primeira infância/ crianças/ adolescentes/ jovens/ terceira idade/ famílias.
- Reestruturação do Centro de Cultura Afro-brasileira “Odette dos Santos” como espaço cultural de valorização das manifestações de matriz africana em nossa cidade.
- Efetiva implementação dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas municipais (EMEBs e CEMEBs), com a participação dos professores, movimentos sociais e grupos culturais de matriz africana na definição desses conteúdos, conforme preveem as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008.
- Diálogo real com o Movimento Hip Hop da cidade, e retorno das articulações que garantam a realização anual do Festival Sanca Hip Hop.
- Compromisso com a não criminalização da juventude e dos movimentos sociais e culturais, principalmente quanto ao uso dos espaços públicos em manifestações e atividades de lazer e cultura.
- Revitalização e desburocratização no uso de espaços públicos como praças, centros de juventude, parque do Bicão, parque do Kartódromo, teatro de arena do Teatro Municipal, dentre outros, permitindo e incentivando que os mesmos sejam utilizados para atividades culturais diversificadas.
- Término da implantação da Pinacoteca “José Guilherme de Toledo” conforme o projeto original aprovado pela Funarte, que previa espaço expositivo, Biblioteca de Artes Visuais, espaço para oficinas diversas e telecentro voltado para artes digitais, dentre outros.
- Efetiva utilização do CEU das Artes do São Carlos VIII como espaço cultural envolvendo atividades de formação, fruição e difusão artístico-culturais.
- Criação de Lei que institua o Encontro Anual de Folia de Reis no calendário de eventos oficiais da cidade com destinação de recursos para tal.